

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.427.477 - RS (2019/0006217-1)**

AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA DO SUL  
ADVOGADO : RAFAEL MILANI - RS089148  
AGRAVADO : CLAUDIA DE OLIVEIRA UESSLER  
ADVOGADO : DANÚBIA RAFAELA DE FARIAS RODRIGUES -  
RS068500

**DECISÃO**

O Município de Caçapava do Sul apresenta agravo contra decisão que negou seguimento ao seu recurso especial, interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF/88, com o objetivo de reformar acórdão assim ementado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (fl. 385):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DEMONSTRADA. PENDÊNCIAS DE PAGAMENTOS.

O município de Caçapava do Sul e a demandante firmaram contrato administrativo para a prestação de serviços de consultoria, assessoramento e administração do Centro Cultural Municipal de Caçapava do Sul.

O inadimplemento de pagamentos e atrasos em algumas parcelas é incontroverso, sendo admitido pelo ente público.

A prova produzida demonstra que foram os serviços prestados, sem qualquer reclamação da Administração durante a relação contratual, sendo corolário lógico a contraprestação prevista em contrato.

APELAÇÃO DESPROVIDA.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (fl. 412).

Em suas razões especiais, o recorrente sustenta violado o art. 373, I e II, e §§ 1º e 2º, II, do CPC/2015, defendendo indevida a distribuição do ônus probatório *in casu*, pois, tratando-se de ação em que a Fazenda Pública é parte, incabível a presunção dos fatos alegados – os quais argui não terem sido comprovados.

Após o oferecimento de contrarrazões (fls. 437-438), o Tribunal de origem negou seguimento ao recurso especial (fls. 441-445), tendo sido interposto o presente agravo.

É o relatório. Decido.

Considerando que o agravante impugnou a fundamentação apresentada na decisão agravada, e atendidos os demais pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

Em relação à alegada violação ao art. 373, I e II, e §§ 1º e 2º, do CPC/2015, verifica-se que o Tribunal *a quo* assentou-se no acervo probatório dos autos para entender que a recorrida apresentou o contrato e os termos aditivos celebrados entre as partes, razão pela qual competia ao Município o

ônus da prova com relação à fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito autoral, senão vejamos (fls. 389-390):

[...]

Em primeiro lugar, equivoca-se o apelante quanto ao ônus probatório. A autora está amparada em contrato e dois aditivos firmados com o município. Este é quem alega fato impeditivo modificativo ou extintivo do direito da demandante. O ônus da prova em relação a isto, portanto, era do município, na forma do art. 373, II, do CPC. E dela não se desincumbiu adequadamente.

A documentação existente nos autos demonstra a realização pela apelada de atividades contratualmente previstas.

Há diversos e-mails relativos à divulgação e participação da demandante em eventos, reuniões e projetos culturais, na forma da responsabilidade que lhe era atribuída por força da relação contratual tida com o município.

Não demonstra o município que, no decorrer da contratação, de 15/07/2010 a 15/01/2012, tenha ficado insatisfeito com o serviço prestado pela demandante, nem que tenha deixado ela de cumprir as suas obrigações.

Em 21/03/2011 foi encaminhado pelo Secretário de Município de Turismo, Indústria e Comércio ofício à Secretaria Municipal da Fazenda solicitando a realização de aditivo considerando que a autora "neste período esteve e continua executando os serviços a esta prefeitura" (fl. 42).

E a não ser que tenham incorrido os responsáveis à época em improbidade administrativa, os próprios termos aditivos sucessivos levam ao raciocínio de que o trabalho estava sendo executado na forma contratada e a contento.

[...]

Nesse diapasão, para rever tal posição e interpretar o dispositivo legal indicado como violado seria necessário o reexame desses mesmos elementos fático-probatórios, o que é vedado no âmbito estreito do recurso especial por óbice da Súmula n. 7/STJ.

No mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 165, 458 E 535, II, DO CPC. INEXISTÊNCIA. SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. PROGRESSÃO FUNCIONAL. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. PRESCRIÇÃO. SENTENÇA MANTIDA, PELO ACÓRDÃO RECORRIDO, NO SENTIDO DA INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL, EM FACE DO RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTES PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. SUFICIÊNCIA DE PROVAS E ÔNUS PROBATÓRIO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. (...)

IV. O acórdão recorrido reconheceu que "consoante os documentos juntados aos autos, em especial os atos de nomeação (fls. 9, 13, 17 e 21) e as fichas funcionais de fls. 162/195, os autores atenderam aos requisitos elencados na legislação supracitada." Assim sendo, aferir a suficiência das

provas ou verificar se a parte recorrida desincumbiu-se do ônus probatório que lhe cabia, demandaria incursão na seara fático-probatória dos autos, inviável, na via eleita, a teor da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ (AgRg no AREsp 822.899/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/03/2016; AgRg no AREsp 835.856/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 28/03/2016).

V. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 925.288/MG, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. ÔNUS DA PROVA. FATO CONSTITUTIVO. ATRIBUIÇÃO DO AUTOR. REVISÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PARTILHA. REVISÃO. PRETENSÃO RECURSAL QUE ENVOLVE O REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. De acordo com o art. 333, II, do CPC/1973, "o ônus da prova incumbe ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor".

3. Quanto a matéria atinente ao ônus da prova, a alteração das conclusões do acórdão recorrido exige nova apreciação do acervo fático-probatório da demanda, configurando o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

4. A alteração das conclusões do acórdão recorrido exige nova apreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que caracteriza a incidência da Súmula nº 7 do STJ.

5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei.

6. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1259651/PR, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 05/12/2018)

Ante o exposto, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, *a*, do RI/STJ, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO FRANCISCO FALCÃO  
Relator

